



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECADI
III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e
Cidadania, com Ênfase em EJA / 2014-2015

CARLOS TEIXEIRA DA SILVA
RODRIGO BESERRA DA SILVA

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PENITENCIÁRIA DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO: REEDUCANDO PARA VIDA

BRASÍLIA, DF

Outubro/2015



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECADI

III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e
Cidadania, com Ênfase em EJA / 2014-2015

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PENITENCIÁRIA DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO: REEDUCANDO PARA VIDA

CARLOS TEIXEIRA DA SILVA

RODRIGO BESERRA DA SILVA

Profª Drª Ana Maria de Albuquerque Moreira
ORIENTADORA

Prof. Esp. Raul Rodrigues dos Santos
TUTOR

Profª Bárbara Diniz
AVALIADORA EXTERNO

PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL – PIL

BRASÍLIA– DF, Outubro/2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em
EJA

CARLOS TEIXEIRA DA SILVA
RODRIGO BESERRA DA SILVA

**ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PENITENCIÁRIA DE SANTO
ANTÔNIO DO DESCOBERTO: REEDUCANDO PARA VIDA.**

Projeto de Intervenção Local – PIL. Trabalho de conclusão do Curso Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos.

Profª Drª Ana Maria de Albuquerque Moreira
Orientadora

Prof. Esp. Raul Rodrigues dos Santos
Tutor

Profª Bárbara Diniz
Avaliadora Externo

BRASÍLIA – DF, Outubro/2015

Dedicamos a conclusão deste trabalho a nossa família, que sempre nos apoiou ao longo desta caminhada. Dedicamos aos alunos da Educação de Jovens e Adultos.

Dedicamos e agradecemos ao nosso Professor/Tutor Raul Rodrigues dos Santos, que nos deu suporte para continuar neste 'percurso' desde o início. À nossa Professora Orientadora Dr^a Ana Maria de Albuquerque Moreira, que nos estimulou a melhorar a nossa pesquisa, sempre com palavras de apoio e carinho. Ao Delegado do Presídio Manoel Anísio Sobrinho e sua esposa Cristiane, que acreditou na implantação deste projeto de alfabetização.

Aproveitamos para agradecer ainda ao nosso avaliadora professora Bárbara Diniz.

A educação no presídio deverá estar sempre preocupada com a promoção humana, procurando sempre “[...] tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para interferir nela, transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e da colaboração entre os homens” (SAVIANI, 1980, p. 41).

RESUMO

Este projeto tem por objetivo conceber ações de intervenção educativa, com fundamento na Educação prisional. Nessa perspectiva atual de alfabetizar o sujeito restrito de liberdade, urge que busquemos diversas alternativas para repensarmos em nossa didática/práticas de alfabetizar na visão voltada para ressocialização dos restritos de liberdade. Em 2014, esse Projeto de Intervenção Local (PIL) foi realizado na penitenciária do município de Santo Antônio do Descoberto – Goiás, poderá servir de base para outras penitenciárias como modelo de ensino para alfabetização. O projeto é embasado em leis de execução penal, (LEP) legislação educacional e (LDB) 9.394/96, teóricos, teorias e em projetos pedagógicos. Foram desenvolvidos os seguintes projetos em parcerias: Construção de uma proposta pedagógica; oficinas pedagógicas de alfabetização, reciclagem e pinturas em material produzido pelos apenados. Conta-se com o apoio da secretaria de Educação, atendimento especializado da equipe de apoio psicopedagógico, defensoria pública, prefeitura municipal e instituição confessional. Dessa forma, defendemos o presente projeto de Alfabetização aos restritos de liberdade na perspectiva de reeducar para a vida, sob a ótica da Análise Crítica do Discurso, que desenvolva no alfabetizando a competência e habilidade de um olhar de esperança de um novo amanhã.

Palavras-chave: Alfabetização, Ressocialização e Reintegração.

ABSTRACT

This project aims to develop educational intervention actions, based on prison education. In this current perspective of literacy restricted subject of freedom, it is urgent to seek various alternatives to rethink in our teaching / practices of literacy in the view toward rehabilitation of restricted freedom. In 2014, the Local Intervention Project (PIL) was held in prison in the municipality of Santo Antonio Discovered - Goiás, could serve as a basis for other prisons as a teaching model for literacy. The project is grounded in criminal enforcement of laws, LEP, educational legislation and LDB / 9394/96, theorists, theories and pedagogical projects. The following projects were developed in partnership: Building a pedagogical approach; educational workshops literacy, recycling and paintings material produced by inmates. It is said with the support of the Secretary of Education, specialized care of psycho-pedagogical support staff, public defenders, city hall and confessional institution. Thus, we defend the present Literacy project to restricted freedom with a view to re-educate for life, from the perspective of Critical Discourse Analysis, to develop the literate competence and skill of a look of hope for a new tomorrow.

Keywords: Literacy, Resocialization and Reintegration.

LISTA DE SIGLAS

Classificação Brasileira de Ocupações (**CBO**)

Conselho Nacional de Educação (**CNE**)

Câmara de Educação Básica (**CEB**)

Distrito Federal (**DF**)

Educação de Jovens e Adultos (**EJA**)

Governo do Distrito Federal (**GDF**)

Gerência Regional de Educação Básica (**GREB**)

Lei de execução Penal (**LEP**)

Lei de Diretrizes e Base da Educação (**LDB**)

Projeto de Intervenção Local (**PIL**)

Projeto Político Pedagógico (**PPP**)

Organização das Nações Unidas (**ONU**)

Santo Antônio do Descoberto (**SAD**)

Superintendência Executiva de Administração Penitenciária (**SEAP**)

Sistema de Seleção Unificada (**SiSU**)

Universidade de Brasília (**UNB**)

SUMÁRIO

1- Dados de identificação dos proponentes:	11
2- Dados de identificação do Projeto:	11
3- Ambiente institucional:	12
4- Justificativa / caracterização do problema / marco teórico do problema:	12
5- Objetivos:	27
5.1- Objetivo Geral:	27
5.2- Objetivos específicos:	28
6- Atividades/responsabilidades:	28
7- Cronograma	29
8- Parceiros:	32
9 - Orçamento:	32
10- Acompanhamento e avaliação:	32
Referências	34

1- Dados de identificação dos proponentes:

Nome(s):

CARLOS TEIXEIRA DA SILVA.

RODRIGO BESERA DA SILVA.

Grupo:

4.1

Informações para contato:

CARLOS TEIXEIRA - (61) 8476-19-32 – carlostsilva78@yahoo.com.br

RODRIGO BESERRA DA SILVA - (61) 8661-31-87 – rodrigo.hdf@gmail.com

2- Dados de identificação do Projeto:

Este projeto de Intervenção local (PIL) será desenvolvido com o intuito de atender, na Modalidade de EJA, aos analfabetos restritos de liberdade na Penitenciária Municipal de Santo Antônio do Descoberto-Goiás.

2.1 - Título:

“ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PENITENCIÁRIA DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO - GOIÁS: REEDUCANDO PARA VIDA.”

2.2 - Área de abrangência:

() Nacional () Regional () Estadual () Municipal () Distrital (X) Local

2.3 - Instituição:

Nome/ Endereço

O presente projeto de intervenção local (PIL) encontra-se em desenvolvimento junto a Superintendência Executiva de Administração Penitenciária (SEAP), localizada na Área Especial, Quadra 68/69, no Centro de Santo Antônio do Descoberto, Goiás.

Instância institucional de decisão:

- Governo: () Estadual (x) Municipal () DF

- Secretaria de Educação: () Estadual (x) Municipal () DF

- Conselho de Educação: () Estadual (x) Municipal () DF
- Fórum de Educação: () Estadual (x) Municipal () DF
- Escola: () Conselho Escolar
- Outros: PENITENCIÁRIA

2.4 - Público ao qual se destina:

Este projeto destina-se aos apenados restritos de liberdade, grupo formado por detentos na faixa de idade entre 18 e 38 anos que cumprem pena na Penitenciária de Santo Antônio do Descoberto e são analfabetos.

2.5 - Período de execução:

Início e Término: Durante o 1º primeiro semestre de 2014, e termino julho de 2016.

3- Ambiente institucional:

A Superintendência Executiva de Administração Penitenciária (SEAP) localizada na Área Especial, Quadra 68/69, no, Centro de Santo Antônio do Descoberto, Goiás. Foi inaugurada em 23 de março de 1998 pelo Governador Ires Rezende Machado e o senhor Ministro de Estado da Justiça Dr, Luiz Alberto Maguito Vilela. Processo de nº 08000.027712/97-01. Publicado no D.O.U. nº 252. Seção 03 terça feira 30 de dezembro de 1997.

Em 14 de agosto de 2014 foi, firmado termo de convênio com a Secretaria Municipal de Educação, que rege a oferta da modalidade de ensino de alfabetização dos apenados restritos de liberdade.

No mesmo ano de 2014, o professor e Dr. Carlos Teixeira foi convidado a realizar um projeto de alfabetização na penitenciária de Santo Antônio do Descoberto. No primeiro semestre foi feita uma sondagem prévia na penitenciária. Ao observar o descaso com os jovens e adultos restritos de liberdade, o referido professor buscou analisar que atividades eles realizavam durante os turnos matutino e vespertino. Percebeu, então, que nenhuma atividade era realizada, a não ser um banho de sol e caminhar no pátio da penitenciária durante 1 (uma hora).

Os apenados não tinha nenhuma atividade para realizar, ficando ociosos o tempo todo, graduando-se em ciência do silêncio. Na entrevista com 25 detentos percebeu-se que os apenados não sabiam ler nem escrever o próprio nome. O delegado, senhor Manoel Anísio

Sobrinho, informou que seria muito importante se houvesse um programa de alfabetização dentro da unidade. Surgiu então a ideia do projeto Reeducando para a vida: reaprendendo a escrever. Por meio de convênio com o Departamento de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura de Santo Antônio do Descoberto (SAD), o projeto busca contribuir para a alfabetização dos apenados.

Em 02 de maio de 2014, iniciou-se o funcionamento das atividades, ministrada em dois turnos – matutino e vespertino, atendendo turmas de alfabetização.

No ano de 2014, a penitenciária possuía 50 detentos matriculados no projeto e funcionava no turno matutino com:

1º turma com 25 alunos de alfabetização;

E no turno vespertino com:

2º turma com 25 alunos de alfabetização;

O processo de alfabetização é constante na vida dos restritos de liberdade, com métodos e objetivos específicos, trabalhados para construir conceitos através de propostas que estimulem a assimilação crítica dos conteúdos ministrados em sala de aula.

O grupo de detentos atendidos pelo projeto é de perfil diversificado, na faixa etária de 18 a 38 anos, sendo formado por um número de pessoas não alfabetizados e, aproximadamente 100% deles oriundos da penitenciária.

Em 23 de março de 1998, a penitenciária foi entregue à comunidade de Santo Antônio do Descoberto, sem qualquer proposta ou projeto para reinserção dos apenados no contexto socioeducativo.

A penitenciária conta com uma área de 2.800 m², sendo 1.800 m² de área construída. É uma penitenciária pública do Estado de Goiás, contando com 2 salas de aula, 1 laboratório de informática, 1 biblioteca, sala de leitura, 1 quadra de esporte e um refeitório. Em 2014, a Instituição penitenciária tinha 140 detentos, atende cerca de 50 alunos/apenados, alfabetização de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Fundamental. Mas no início de 2015, esse público vem aumentado, pois a cada dia chega mais um infrator. Por isso, o projeto de EJA passou a, atender também o 2º segmento. Dados mostram avanço em números de apenados da penitenciária, revelando o seguinte cenário entre 2014/2015.

Etapas e/ou Modalidades de Ensino	Turno	Número de Alunos Matriculados em 2014/2015
EJA - 1º Segmento Alfabetização	Matutino	25
EJA - 2º Segmento	Vespertino	25

Na alfabetização da EJA 1º Segmento há um projeto permanente voltado para alfabetização dos apenados para o conhecimento da leitura e escrita, por meio de jogos, atividades diversificadas, construída pelos reeducando e professores alfabetizadores ao longo do processo. É feita, análise ao final de cada bimestre com formato da psicogênese da alfabetização, para que o educando se familiarize com diversos tipos de atividades, sendo assim, registrando os avanços do processo de aprendizagem da alfabetização.

No 2º segmento da EJA, também trabalhado um projeto por semestre que versa sobre cultura, trabalho, arte e ciências relacionadas às regiões brasileiras, dando prioridade às regiões de origem da maioria dos apenados, sendo uma forma de aumentar a autoestima e o prazer pelo aprender aprendendo.

Neste contexto, ganha ênfase o tema escolhido para o desenvolvimento deste projeto de intervenção local (PIL) que busca clarificar os problemas cunhados do analfabetismo na penitenciária deste município, apresentada pelos jovens e adultos restritos de liberdade, em busca de ofertar o direito de alfabetizar, e a qualidade do ensino aprendizagem aqui proposto.

O processo de alfabetização é de suma importância e primordial para o reeducando para que possa prosseguir na sua caminhada na construção do próprio conhecimento. É por meio da alfabetização que as portas do conhecimento se abrem, colocando-o assim, apto a discernir, questionar, criticar e refletir sobre todos os acontecimentos na sua vida. O prazer em alfabetizar os restritos de liberdade na modalidade de ensino EJA é oportunizar e favorecer ao alfabetizando, família, comunidade e a própria sociedade, a garantia de ofertar um direito previsto na LDB, 9.394/96, para todo cidadão brasileiro, seja ela nas escolas ou penitenciárias, além de atender e respeitar as necessidades de uma integração e inclusão de diferentes

pessoas seja livres ou privado de liberdade. Fazer parte deste processo gera uma motivação interpessoal e intrapessoal isto é gratificante ao professor alfabetizador.

Como afirma Paschoalino (2013): no trecho do artigo, A complexidade do trabalho docente na atualidade “O ideal da profissão está posto no imaginário do coletivo, porém a realidade atual desconserta constantemente esses profissionais, que buscam realizar bem o seu papel de professor”. Ao nosso ver, todo professor alfabetizador possui em mente um modelo de professor que acredita ser perfeito, conseguindo cumprir bem a função de alfabetizar e preparar sujeitos livres ou privados momentaneamente de liberdade para atuarem socialmente.

Ao contextualizar sobre as relações entre alfabetização/letramento Marcuschi (2007, p. 16,17) descreve que:

Numa sociedade como a nossa, a alfabetização, enquanto manifestação formal dos diversos tipos de letramento é mais do que uma tecnologia. Ela se tornou um bem social indispensável para enfrentar o dia-a-dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural. Neste sentido, pode ser vista como essencial à própria sobrevivência no mundo moderno. Não por virtudes que lhe são imanentes, mas pela forma como se impôs e a violência com que penetrou nas sociedades modernas e impregnou as culturas de um modo geral. Por isso, friso que ela se tornou indispensável, ou seja, sua prática e avaliação social a elevaram a um *status* mais alto, chegando a simbolizar educação, desenvolvimento e poder.

Na reflexão anterior é possível destacar que a penitenciária deve atuar diretamente, trazendo situações reais de uso da leitura e escrita para dentro do seu ambiente. Uma didática eficaz em alfabetização precisa ir além do ensino de sistema alfabético e ortográfico de escrita, deve-se, além disso, desenvolver nos apenados as habilidades nos usos sociais da leitura e escrita.

4- Justificativa / caracterização do problema / marco teórico do problema:

Este Projeto de Intervenção Local (PIL) para os restritos de liberdade é um instrumento que tem a finalidade de orientar o sistema penitenciário do Município de Santo Antônio do Descoberto nas atividades da Educação de Jovens e Adultos (EJA) voltadas para um novo pensar e fazer a alfabetização dos apenados, de forma sistemática, científica, consciente, participativa e democrática.

O PIL se insere neste campo como um instrumento teórico-metodológico a ser disponibilizado, (re) construído/elaborado e utilizado por aqueles que desejam efetivamente a mudança no ensino prisional.

A EJA, no processo de alfabetização, implica alterar concepções enraizadas e, sobretudo, sentir a fragilidade de nossa teoria, de nossa organização, enfim, apontar para a existência de outros condicionantes. A sociedade promove uma multiplicidade de motivações, fazendo com que os projetos sejam realizados, sejam eles contraditórios ou conflitantes.

O projeto é proposto como um meio de comunicação, expressão, articulação de interesses, objetivos, inspirações, sentimentos. É um instrumento dinâmico e de acordo com Ciavatta (2005), “está sendo elaborado permanentemente, reorganizando a memória do indivíduo, dando-lhe novos sentidos e significados, o que repercute em sua identidade”. Assim sendo, a dinâmica dos projetos e a construção de identidades, mantêm o passado em permanente reconstrução.

O processo de alfabetização no espaço da penitenciária de Santo Antônio do Descoberto será vista como um espaço de valorização das ações pedagógicas que valorize a autoestima do educando jovem, adulto privado de liberdade. A alfabetização é um instrumento de resgate da dignidade humana, de desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, as atividades desenvolvidas de leitura e escrita é inovadora, ela possibilitará a construção da autonomia intrapessoal, preparando-os para o reingresso no contexto social.

Justifica-se este Projeto de intervenção Local PIL, tem por finalidade a alfabetização dos apenados da penitenciária do município de Santo Antônio do descoberto, quanto à organização do processo de alfabetização que se refere ao amparo legal: do processo de funcionamento, da matrícula, da organização das turmas, da elaboração da organização de um currículo

diferenciado, da estrutura organizacional da alfabetização, do sistema de avaliação, da seleção para o ingresso do apenado na EJA.

No caso específico deste PIL, queremos trabalhar a alfabetização dos apenados e a socialização dos restritos de liberdade, e por isso, priorizou-se o acesso ao conhecimento e a socialização, diminuindo o quantitativo de detentos analfabetos no presídio, e garantindo o direito ao saber.

No dia a dia na penitenciária, observa-se que muitos apenados restritos de liberdade, não possuem conhecimento de leitura e escrita, não pensam nos benefícios que por meio da alfabetização recebida, seja no ambiente prisional ou fora dele. Faz-se necessária a devida alfabetização por meio deste projeto PIL de práticas diárias de alfabetização dentro da penitenciária, que possam fazer parte da vida desses alfabetizando, que atravessem as grades e que cheguem à sociedade, que sejam reconduzidos a sociedade com o mínimo de conhecimento da leitura e escrita.

Analisa-se que o analfabetismo ainda é entendido em nosso país como algo a ser errado como se tratasse de uma doença enraizada, de uma erva daninha ou de uma escolha mal feita. Compreende-se a alfabetização dos apenados a realidade, há de se considerar o processo feito pela alfabetização de Adultos apenados, em função de garantir uma alfabetização que atenda as reais necessidades desse grupo excluído do mundo socialmente. É de suma importância saber como ocorreu e ocorre à construção da história deste PIL, de alfabetização na penitenciária de Santo Antônio do Descoberto, isso nos aspectos econômicos, sociais e outros, como indicam a pesquisa abaixo. Neste texto não há a possibilidade de um aprofundamento, mas um pequeno panorama sobre o assunto que nos possibilite alcançar a compreensão de como se constituiu o exercício da alfabetização que temos presente na modalidade de alfabetização de Adultos.

O professor alfabetizador articula as dimensões do conhecimento para que possa desenvolver um trabalho eficaz. Permeando aspectos didático e metodológico, voltados a garantir uma alfabetização com qualidade. Em sala de aula, à interação com os reeducando em que aparecem as situações problemas, o educador age trazendo nesse momento a articulação dos conhecimentos que ele já estruturou em outros momentos, gerando uma forma específica de orientar e conduzir o conhecimento. Esse processo é bem dinâmico, claro e envolve aspectos subjetivos do professor.

O Processo de alfabetização dos reeducando restrito de liberdade requer mais que uma prática do alfabetizador, mais que conhecimentos técnicos e científicos, ou de meros conteúdos e conceitos. A docência eficaz exige articular com muitos elementos que produzirão a aprendizagem capaz de alfabetizar o sujeito apenado.

A alfabetização pode e muito contribuir neste PIL, e é isso que pretendemos demonstrar nesta oportunidade. Nosso emérito mestre Paulo Freire afirmou certa vez que,

(...) atribuir à educação, quer nesta campanha, quer em outra qualquer, quer em nenhuma campanha, mas atribuir à educação o poder de transformação do mundo, cedo ou tarde, leva a todos e todas que engrossem estas fileiras a uma enorme frustração (...) eu diria que, em primeiro lugar, não sou eu quem nega a educação, estou apenas constatando a prática educativa, historicamente, como ela se dá. Em segundo lugar, a negação à que a educação se expõem é a melhor forma que ela tem de se afirmar. O que é que eu quero dizer com essa contradição? (...) A educação não é a chave, a alavanca, o instrumento para a transformação social. Ela não o é, precisamente porque poderia ser. E é exatamente essa contradição que explicita, que ilumina, que desvela a eficácia limitada da educação. O que quero dizer é que a educação é limitada, a educação sofre limites. (FREIRE, 2001, p. 97-98).

De acordo com documentos legais, tais como a LDB nº 9.394/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, resolução CNE/CEB nº 1/2000, a educação básica é direito do cidadão e deve ser ofertada gratuitamente e indistintamente. Nesse sentido, acrescentamos que a formação do público estudantil vinculado ao contexto da Alfabetização de Adultos – EJA seja oferecida no sistema penitenciário com qualidade, visando atender às suas peculiaridades e necessidades formativas ligadas ao mundo do trabalho, aos aspectos culturais, familiares, afetivos, enfim, a toda sua dimensão humana. Sendo assim, as propostas de alfabetização devem ser flexíveis, mas sem perder a consistência, buscando dar sentido e significado à ampliação e apropriação dos conhecimentos da alfabetização.

O projeto de intervenção local (PIL), em linhas gerais procura atender a um interesse imediato e elementar de simplesmente “alfabetizar” os adultos apenados do ócio, oferecendo novas possibilidades para uma nova vida social mais saudável.

O princípio fundamental que deve ser preservado e enfatizado é que a alfabetização no sistema penitenciário de Santo Antônio do Descoberto, não pode ser pontuada como um

privilegio beneficia ou, muito menos, recompensa oferecida em troca de excelente comportamento na aprendizagem.

Educação é um direito previsto na legislação brasileira (TEIXEIRA, 2007, p. 14).

A educação no presídio deverá estar sempre preocupada com a promoção humana, procurando sempre “[...] tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para interferir nela, transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e da colaboração entre os homens” (SAVIANI, 1980, p. 41).

Freire (1981), afirma: “Somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de libertar-se desde, porém, que sua reflexão não se perca na vaguidade descomprometida, mas se dê no exercício transformador da realidade condicionante”. É essa reflexão que liberta que a alfabetização requer de nos educadores, em ambiente tão hostil e dificultoso, além do domínio das técnicas pedagógicas o profissional da educação precisa de coragem diante do possível analfabetismo ali presente.

No mesmo sentido, o Plano Nacional de Educação 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014 destaca vários pontos relevantes para a alfabetização dos jovens e adultos estritos de liberdade, tais como:

a) assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

b) orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração.

Para implementação dessas estratégias, é fundamental ter como diretriz uma concepção de alfabetização. Carvalho (2008 apud Soares, 2006, p.81) afirma uma definição de alfabetização e letramento distinguindo-o em três estágios:

O primeiro (estágio) é a concepção de letramento como um instrumento. O segundo é a aquisição do letramento, a aprendizagem das habilidades de ler e escrever. O terceiro é a aplicação prática destas habilidades em atividades

significativas para o aprendiz. Cada estágio é dependente do anterior; cada um é um componente necessário do letramento.

Além do Plano Nacional de Educação, a meta 10 do Plano Distrital de Educação/2015, trata da alfabetização no âmbito das penitenciárias. Na perspectiva desses planos, há de se considerar a alfabetização e a educação nas prisões como direito fundamental da pessoa em cumprimento de medida judicial de privação de liberdade. Tal privação nos remete a entender no contexto do mundo social, e não de conhecimento que possa ser inserido no âmbito penitenciária.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos também reconhece o direito humano à educação e estabelece que o seu objetivo seja o pleno desenvolvimento da pessoa e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos. Entende-se que os direitos humanos são universais, interdependentes – todos os direitos humanos estão relacionados entre si, e nenhum tem mais importância que outro –, indivisíveis e exigíveis frente ao Estado em termos jurídicos e políticos.

Na contribuição das normas internacionais, o documento Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros, aprovado pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas – ONU em 1957, prevê o acesso à educação de pessoas encarceradas. O documento afirma que “devem ser tomadas medidas no sentido de melhorar a educação de todos os reclusos, incluindo instrução religiosa”.

A educação de analfabetos e jovens reclusos deve estar integrada no sistema educacional do país, para que, depois da sua libertação, possam continuar, sem dificuldades, a sua formação. “Devem ser proporcionadas atividades recreativas e culturais em todos os estabelecimentos penitenciários em benefício da saúde mental e física”. (1º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes, realizado em Genebra, em 1955).

Nesse sentido, para que a alfabetização de jovens e adultos cumpra sua função, é necessário que o Poder Público invista numa política de estado de educação específica em que priorize a realidade e as necessidades desses sujeitos, garantindo às pessoas em cumprimento de medida judicial de privação de liberdade à educação, já consagrado em leis diversas e específicas, nacionais e internacionais.

O plano Distrital de Educação do Distrito Federal traz um ponto inovador, que avança na garantia de discussão e construção Inter setorial de uma política de estado para a oferta da educação no sistema prisional do Distrito Federal. O Decreto Federal nº 7.626, de 24 de novembro de 2011, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional, também é claro quando se trata da oferta de educação para as pessoas em cumprimento de medida judicial de privação de liberdade.

A Constituição Brasileira de 1988 preserva o princípio das Declarações dos Direitos do Homem e estabelece, no Capítulo II, os “Direitos Sociais à educação” como sendo um deles, além de garantir no art. 205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No art. 208 define de que forma a educação deve ser efetivada garante que o Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito para todos, inclusive para “todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Percebendo este mesmo princípio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ratifica este direito e considera que o acesso ao Ensino Fundamental “é direito público subjetivo”. Isto significa dizer que o Poder Público pode ser acionado juridicamente para que as pessoas tenham este direito garantido.

No que diz respeito à legislação de Educação de Jovens e Adultos, há um parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB 11/2000), do Conselheiro Jamil Cury, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, que explicita a necessidade de atender aos segmentos historicamente marginalizados da oferta pública de educação. Segundo Cury:

(...) a função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação.

Na mesma direção, a Lei nº 7.210, de Execução Penal de 1984, considerada uma das mais modernas do mundo, inclui uma seção que trata especificamente da Assistência Educacional. Essa assistência deve ser materializada através da instrução escolar, da formação profissional e da oferta da educação fundamental, obrigatórias e integradas ao sistema escolar.

Como reflete Maeyer (2006, p. 19), sobre a pergunta se “na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida?”:

(...) a educação na prisão tem uma porção de justificativas (explícitas) e preocupações: garantir um mínimo de ocupação para os internos, ter certeza de que a segurança e a calma estejam garantidas, oferecer mão-de-obra barata para o mercado de trabalho, quebrar o lado ruim da personalidade e construir um novo homem e uma nova mulher, apresentando atitudes e comportamentos religiosos, oferecer ferramentas para a vida externa, reeducar, reduzir a reincidência etc.

Descrevendo e refletindo sobre tal indagação, o pesquisador, recuperando os preceitos defendidos na Declaração de Hamburgo (1996), principalmente a de que “a educação é um direito de todos”, independentemente de idade, raça, sexo, credo ou religião, afirma que educar é promover um direito, não um privilégio; que não se resume a um treinamento prático; mas sim é destacar a dimensão social, profissional e cultural da cidadania.

O direito à educação deve ser exercido sob algumas condições: não pode ser considerado como sinônimo de formação profissional, tão pouco usado como ferramenta de reabilitação social. É ferramenta democrática de progresso, não mercadoria. A educação deve ser aberta, multidisciplinar e contribuir para o desenvolvimento da comunidade” (Mayer, 2006, p. 22).

O pesquisador defende uma educação global, porque, segundo ele, “recolhe pedaços dispersos da vida; dá significado ao passado; dá ferramenta para se formular um projeto individual ao organizar sessões educacionais sobre saúde, direitos e deveres, não-violência, auto respeito, igualdade de gênero”.

As prisões fundamentam-se por seu papel disciplinador, que possuem o caráter suposto ou exigido de transformar os indivíduos. Nas palavras de Baltard (apud FOUCAULT, 2001, p. 198):

A prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo. Em vários sentidos deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas

disposições a prisão muito mais que a escola, a oficina, ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização é “indisciplinar”.

No mundo sociedade dos prisioneiros, não é só fisicamente comprimida, mas também psicologicamente, pois ao entrar na prisão seus direitos civis são retirados, bem como seus pertences pessoais. Desse modo entra pobre na instituição, em termos materiais. Ele se torna, portanto um organismo semi-humano, um organismo com um número (ONOFRE, 2007, p. 18).

Como resultado teste PIL, obtemos um elevado índice de alfabetizados. Analisamos também, quando não o encaminhamento dos analfabetos para o projeto na unidade prisional, implicou em condição de “adulto analfabeto”.

O diagnóstico que deu base para este Projeto de Intervenção Local (PIL) foi desenvolvido na penitenciária de SAD e objetivou analisar o nível de escolaridade dos 140 (cento e quarenta) detentos que lá se encontravam. Nesse total, foram identificados 50 analfabetos e as prioridades para seu processo de alfabetização. A intenção foi compreender e favorecer o processo de construção do conhecimento por meio da alfabetização para esse grupo de detentos.

Diante dos problemas encontrados, resolvemos por dar ênfase em práticas de alfabetizar por meio de diferentes estratégias e contextos, com elementos motivadores e facilitadores da construção de habilidades e competências. Dessa forma, é possível viabilizar, um melhor rendimento no processo de alfabetização dos 50 (cinquenta), analfabetos restritos de liberdade.

Referendada por pesquisa A metodologia tem abordagem qualitativa, do tipo exploratório-descritiva, considerando como instrumento de aplicação da pesquisa a observação participante.

Qualitativa, pois na concepção de Richardson (1999, p.39), procura compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo. Com base em Gil justifica-se a opção pela pesquisa exploratória:

A pesquisa exploratória é vista como o primeiro passo da pesquisa científica e tem como principal objetivo o aprimoramento de ideias e ou a descoberta de intuições. Esse tipo de pesquisa tem por finalidade proporcionar maiores informações sobre o assunto, facilitar a delimitação da temática de estudo, definir os objetivos ou formular hipóteses de uma pesquisa ou descobrir um novo enfoque que se pretende realizar. Nesse tipo de pesquisa o que conta são as novas informações levantadas (GIL, 2005, p.42).

Para fundamentar o processo de alfabetização, o levantamento de dados e conhecimento do campo de pesquisa, que foi realizada na penitenciária Municipal de Santo Antônio do

Descoberto – Goiás, no primeiro semestre de 2014 e no primeiro semestre do ano de 2015. Foi realizada a análise e o levantamento dos dois últimos semestres, para averiguar o nível de alfabetização em que os alfabetizando/detentos se encontravam e quais medidas a serem tomadas com o objetivo de aprimorá-las.

Assim, o método desta investigação buscou compreender a realidade em sua complexidade no contexto da alfabetização da penitenciária. A exposição dos resultados evidenciará as relações presentes no momento da investigação descrita no quadro.

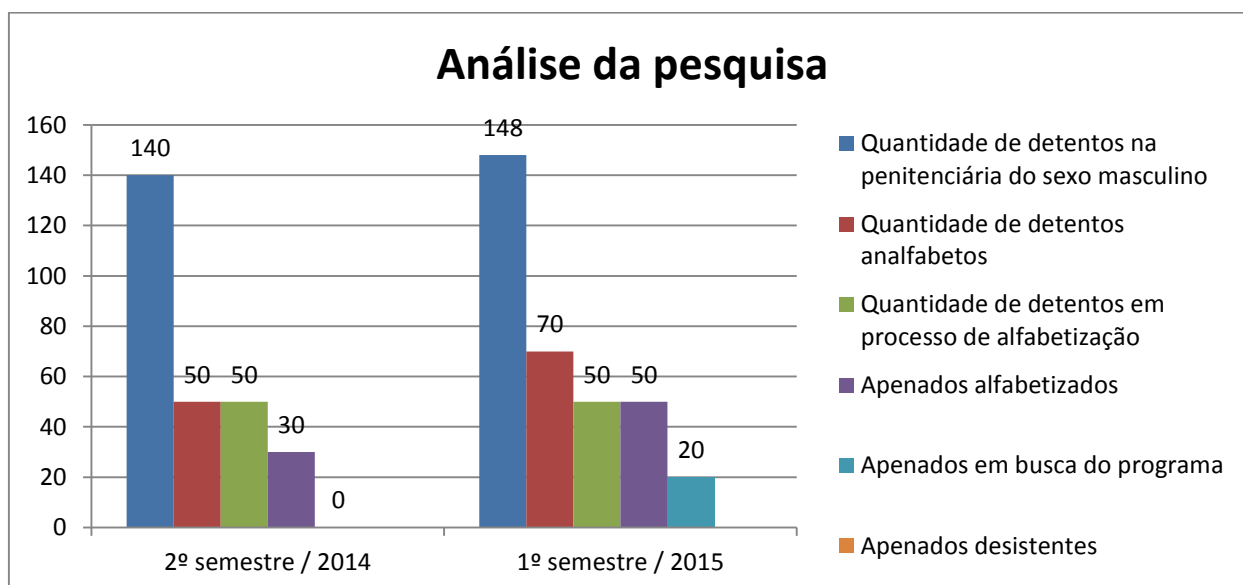
O total de apenados do sexo masculino cresceu de 140, em 2014, para 148 em 2015 (Quadro 1; Gráfico 1). Desse total, o número de analfabetos não variou, ficando em 50 nos dois períodos de coleta de dados. É fundamental destacar que o percentual de apenados que buscou o programa de alfabetização subiu de 2014 para 2015, indicando que a iniciativa de tratar da alfabetização desse grupo teve boa resposta. Isso também pode ser verificado no percentual de desistentes, que é nulo.

Quadro 01 – Perfil e escolarização dos detentos da Penitenciária de Santo Antônio do Descoberto

Características	2º semestre / 2014	1º semestre / 2015
Quantidade de detentos na penitenciária do sexo masculino	140	148
Quantidade de detentos analfabetos	50	50
Quantidade de detentos em processo de alfabetização	50	50
Percentual de apenados alfabetizados	50	70
Percentual de apenados em busca do programa de alfabetização.	0	20
Percentual de apenados desistentes	0	0

Fonte: Dados coletados na penitenciária.

Gráfico 1. Perfil e escolarização dos detentos – 2014 e 2015.



Fonte: Elaboração Própria

De acordo com os resultados acima, verificou-se que a quantidade de detentos na penitenciária é um número bem significativo, em 140. Em que 36% da maioria concentram-se em processo de alfabetização, e que o percentual de apenas alfabetizados no 1º semestre 2015, é de 47%, e que a busca e interesse em matricular-se no programa é de 20%, demonstrando que os alfabetizando pesquisados buscam cada vez mais os procedimentos de alfabetização na penitenciária.

Para compreender melhor esta temática, o presente projeto de intervenção local (PIL), segue a seguinte análise do diagnóstico: fundamentação teórica sobre alfabetização baseado na pesquisa de campo com os apenas, familiares, professores, delegado e secretária de educação. Também as teorias de autores como: Paulo Freire, Magda Soares, Regina Sodré, Ezequiel Theodoro, dentre outros.

Foi necessário, durante a análise e pesquisas para a proposição deste PIL, observar o alfabetizando/aluno no seu contato e envolvimento com as letras, se emocionando e adquirindo uma visão crítica e reflexiva dos materiais expostos pelos professores.

Segundo Ezequiel Theodoro (2005, p.34):

Ao ser alfabetizado, o aluno vai ser capaz de ler todos os tipos de mensagens escritas. O momento pós-alfabetização parece ficar na chamada habilidade de compreensão (...) sem d vida que a alfabetização é uma condição necessária à

formação do leitor (...). Há que lembrar, ainda, a orientação necessária no momento pós-alfabetização, que dá continuidade a iniciação em leitura.

Portanto, o processo de alfabetização que envolve leitura e a escrita utilizada por meio de diferentes estratégias, configura-se como uma das práticas pedagógicas, que poderá consolidar os saberes e conhecimentos construídos durante a fase de alfabetização, oportunizando ao aluno/detento da penitenciária, desenvolver habilidade e competência na leitura e escrita, a partir de vivências e experiências na sala de aula, em contato com as letras. Garantir a alfabetização dar-lhes, condições favoráveis para o reingresso e permanência do aluno/apenado e reintegração em uma sociedade altamente letrada.

Diante dos problemas encontrados na realidade, este PIL propõe a alfabetização dos detentos na penitenciária do Município de Santo Antônio do Descoberto Goiás, desenvolvendo a construção de conhecimentos e capacidades de leitura e da escrita. A hipótese formulada é de que proporcionar oportunizar a alfabetização destes indivíduos e a sua reintegração na sociedade com mínimo de conhecimento que a ele é garantido em Leis Brasileiras.

Nesta perspectiva, entendemos os sujeitos “capazes de pensar a si mesmos, capazes de intervir, de transformar, de falar do que fazem, mas também do que sonham, do que constata, avaliam, valoram, que decidem e que rompem com o estabelecido”. (FREIRE, 1997, p. 10).

Com práticas educativas faz-se pensar que neste contexto das prisões nos coloca diante de um conjunto de desafios. Portanto, procuramos refletir sobre alguns deles (AGUIAR, 2008), coloque como referência a prática de educadores e o olhar de pesquisadores que já atuam no sistema penitenciário. Neste pensamento faz pensar que a política de execução penal em nosso país é descentralizada, de modo que os Estados possuem certo grau de autonomia na condução dessa política e que, possibilitamos, considerando as diferenças culturais e regionais do Brasil, estamos falando de uma realidade bastante heterogênea que pode variar de região para região, de Estado para Estado e até mesmo de unidade penal para unidade penal, em um mesmo Estado.

É um instrumento teórico-metodológico que apresenta novas opções ao ensino prisional, incluindo propostas de ação para concretizar e ampliar atividades que já vêm sendo realizadas.

Não podemos desconsiderar as condições materiais e sociais do sistema prisional, pois elas não estão dissociadas do que ocorre na sociedade, sendo influenciada por uma tentativa de recondução a sociedade.

Da mesma forma, os professores vêm enfrentando desafios para a construção de sua própria existência humana e social, nela também incluídas as atividades que realizam no processo de trabalho da sua prática docente aos detentos.

A compreensão destas implicações, no desenvolvimento da prática educativa na cadeia torna-se relevante para o entendimento da oferta na EJA, como lugar de espaço-tempo em que se vive e se é profundamente afetado pela sociedade humana, que nele foi e está internalizado. Assim, é possível pensar que estarão abertas as possibilidades para a construção de umas práxis capazes de transformar as relações sociais existentes na sociedade e, entre elas, aquelas que se dão na escola/penitenciária.

O ato de alfabetizar, ensinar a ler e escrever, é hoje de suma importância para que o indivíduo esteja inserido no contexto da sociedade. Temos que nos preocupar com “quem vai aprender e como ensinar”. No início da década de 60, o ilustríssimo Paulo Freire, em sua experiência de alfabetização de adultos quebrou muitos paradigmas, do ensino dito tradicional com as cartilhas estruturantes utilizadas na alfabetização de adultos. Neste mesmo sentido de Freire no contexto da penitenciária faz-se necessário um método estruturante e reestruturante do ato de alfabetizar. No entanto para alfabetizar Freire indaga de certa forma que e preciso apoiar-se em métodos do cotidiano que parta de palavra geradora e dos padrões, silábico relacionados a sílabas construtivas. Como afirma Soares (2003, p.120):

Paulo Freire cria uma concepção de alfabetização, que transforma fundamentalmente o material com que se alfabetiza, o objetivo com que se alfabetiza, as relações sociais em que se alfabetiza – enfim: o método com que se alfabetiza.

Entendemos que o método na pedagogia de Freire, no que diz respeito no processo de alfabetização, o saber e a cultura do contexto social passa a ser valorizados, e o analfabeto considerado até então como um ser em processo de ensino-aprendizagem da própria cultura.

5- Objetivos:

5.1- Objetivo Geral:

O objetivo principal deste PIL é alfabetizar os apenas analfabetos, priorizando o direito e a garantia do seu reingresso, acesso e permanência no bojo da sociedade.

5.2- Objetivos específicos:

- Proporcionar a alfabetização dos detentos;
- Possibilitar a reinserção dos detentos na sociedade;
- Oferecer ao detento, a oportunidade e a satisfação da leitura e escrita;
- Contribuir para que o processo de alfabetização seja eficaz.
- Contextualizar o respeito à vida e liberdade de aprender.

Mostrar que o ambiente na penitenciária reflete na qualidade de vida dos reclusos de liberdade, através do processo do ensino alfabetizar;

Identificar possíveis formas de participação dos alfabetizando individual e coletiva na penitenciária e na comunidade, com vistas a desenvolver atitudes favoráveis à melhoria de sua aprendizagem;

Reconhecer problemas do analfabetismo no contexto da penitenciária, buscando soluções para melhorar a qualidade do ensino ministrado.

6- Atividades/responsabilidades:

As atividades que compõem este PIL tiveram início no ano de 2014 e foram elaboradas em consonância com as orientações para a modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos. Desta forma o educador deve compreender as especificidades dos apenados, a realidade em que vivem exercer um trabalho comprometido com a ressocialização e cidadania, buscando meios e encontrando soluções para transpor os obstáculos que se apresentam.

Ao mesmo tempo, o professor precisa ter clareza que a responsabilidade tem efeito em suas ações, trabalhar com leituras e interpretação de texto e realizar visualizações de vídeos, gravuras, fotos, alfabeto móvel dentre outros.

A razão do alfabetizador é contribuir com processo de aprendizado para sujeitos privados da liberdade e do saber sistematizado, e, portanto a execução dessa responsabilidade é dever de todos. Neste sentido, ela não será só formal ou informal, ministrada por professores e técnicos da área de educação, mas também se constituirá de encontros, reuniões, debates, leituras, atitudes entre outros, bem como será de responsabilidade dos agentes penitenciários, dos assistentes sociais, psicólogos, médicos e enfermeiros.

O processo de alfabetização no espaço da penitenciária de Santo Antônio do Descoberto é visto como um momento de concretização das ações pedagógicas que valorizem a autoestima dos educandos jovens e adultos privados de liberdade. Entendendo a alfabetização como um

instrumento de resgate da dignidade humana, de desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, as atividades desenvolvidas de leitura e escrita são inovadoras e devem possibilitar a construção da autonomia intrapessoal, preparando-os para o reingresso no contexto social.

A alfabetização nas duas salas de aula do presídio tem a função desafiadora de colaborar para a desconstrução da concepção de que esse é um ambiente de desumanidades e de negação de direitos. Nesse sentido, é necessário desenvolver uma prática pedagógica voltada para o reconhecimento de que esse deva ser um espaço alfabetizador, socializador, respeitoso e desprovido de ações discriminatórias e violentas.

7- Cronograma

As atividades do programa de EJA na penitenciária de Santo Antônio do Descoberto tiveram início no ano de 2014. No âmbito deste PIL, que insere uma nova proposta de alfabetização dos detentos, as atividades estão em desenvolvimento a partir de 2015 e devem ser concluídas no segundo semestre de 2016. As atividades propostas serão coordenadas e gerenciadas pelos professores, coordenação, agentes penitenciários e delegado.

As ações realizadas, em andamento e projetadas são apresentadas em Eixos no sentido de esclarecer em que momento se inserem as ações do PIL.

1º EIXO

Análise e sondagem do Problema: este primeiro eixo teve por objetivo a análise das prioridades para desenvolvimento do PIL. As análises feitas foram encaminhadas à Secretaria de Educação deste Município, para firmar um convênio de parceria com intuito de desenvolver o processo de alfabetizar os detentos e contratação de professores e técnicos. Essas atividades foram realizadas no segundo semestre de 2014.

2º EIXO

Neste segundo eixo encaminharam-se as pesquisas, relatórios e a proposta pedagógica a Secretaria Municipal de Educação, a Prefeitura Municipal e o Conselho Municipal de Educação o pedido de autorização e funcionamento a oferta da Alfabetização para os restritos de liberdade no 2º semestre de 2014;

3º EIXO

Neste terceiro eixo, selecionaram-se os professores para uma formação específica de alfabetização para lidar com os analfabetos privados de liberdade, dados os princípios da valorização da relação entre teoria e prática e das experiências anteriores e que, a alfabetização no sistema penitenciário não pode ser entendida como privilégio, benefício ou, muito menos, recompensa oferecida em troca de um bom comportamento. Educação é direito previsto na legislação brasileira. Não importa, pois, onde se esteja, são as práticas pedagógicas o pano de fundo da formação, e os narradores dessas práticas não são outros se não os professores.

O professor que trabalha na educação prisional deve compreender que suas práticas precisam ser pautadas em valores éticos, humanos e solidários, buscando desta forma, melhores condições para o desenvolvimento do detento. Acreditamos que o papel do educador é ir além da mera transmissão de conteúdo, ou melhor, conteúdos não se transmitem. Entretanto, é necessário que ele perceba qual a melhor forma de contribuir para o desenvolvimento de seus alunos/apenados, adaptando o currículo para a realidade em que vivem.

4º EIXO

Evidenciando este quarto eixo, enfatiza-se o início das aulas, o acompanhamento e Avaliação. A alfabetização no interior do presídio tem a função desafiadora de colaborar para a desconstrução da concepção de que esse é um ambiente de desumanidades e de negação de direitos. Oposto a isso, foi necessário desenvolver uma prática pedagógica voltada para o reconhecimento de que esse deve ser um espaço socializador, respeitoso e desprovido de ações discriminatórias e violentas. O que se pretende não é excluir os indivíduos da sociedade (ao menos não diretamente), mas sim inseri-los num grau de estudos e conhecimentos.

Tais transformações atuaram diretamente na realidade do sistema prisional, sendo este mais um alvo do sistema produtivo de conhecimento. Isto é feito considerando o apenado como um ser de direitos.

Sabe-se que o estudo e trabalho é uma das condições primordiais para a reinserção social e o alcance da dignidade e cidadania destes indivíduos.

Tal processo é visível quando são analisados o processo de alfabetização na educação prisional em âmbito Municipal.

Enfim, queremos destacar a importância da avaliação no contexto da alfabetização na medida em que o alfabetizando avança os conhecimentos, o professor tem condições de investigar sua prática docente e entende o que está dando certo e o que não está sendo desenvolvido. E a traves da reflexão avaliativa permanente, que podemos melhorar e garantir um trabalho de qualidade. Por meio dos consensos avaliativos que foram construídos ao longo dos eventos direcionados à alfabetização dos apenados, e consequentemente à alfabetização e a educação prisional, vão se delineando em linhas comuns de ações, diretrizes e estratégias pedagógicas que objetivarão avançar e adequar às necessidades quando houver deste Projeto de Intervenção Local (PIL).

Quadro 2 – Cronograma de atividades do projeto

Atividades	1/14	2/14	3 a 6 / 14	8/14	9 a 12/15	2 a 4/16	5/16	6/16	7/16
Análise e sondagem do problema	X				x		x		x
Pesquisa	X	X						x	
Construção da estrutura física			X						
Formação de Professores		X	X	X			x		
Formação dos profissionais específicos		X	X	X			x		
Início das Aulas				X					
Acompanhamento	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Avaliação			x	x			x		x

8- Parceiros:

Secretaria Municipal de Educação de Santo Antônio do Descoberto,
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Descoberto,
Fórum da Comarca de Santo Antônio do Descoberto,
Núcleo de Ensino Especial de Santo Antônio do Descoberto,
Igrejas da região e Escola Municipal da Cidade Ocidental Severino Teotônio.

9 - Orçamento:

Para a execução do projeto, todo trabalho desenvolvido na penitenciária foram de doações e boa vontade dos parceiros. Como: dos profissionais da educação, Secretaria Municipal de Educação de Santo Antônio do Descoberto, Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Descoberto, Fórum da Comarca de Santo Antônio do Descoberto, Núcleo de Ensino Especial de Santo Antônio do Descoberto, Igrejas da região e Escola Municipal da Cidade Ocidental Severino Teotônio e da comunidade local.

10- Acompanhamento e avaliação:

O projeto será acompanhando por uma equipe pedagógica formada no início do ano letivo. A avaliação será de várias formas, priorizando a troca de experiências e a reflexão sobre os problemas encontrados de **analfabetismo** na penitenciária de Antônio do Descoberto, Goiás.

Tendo em vista que este PIL já se encontra em desenvolvimento, até o presente momento (2015) foram realizadas atividades de monitoramento e foi verificado que o projeto foi aceito com entusiasmo pela sociedade e pelos familiares;

O acompanhamento deste PIL será realizado periodicamente ao final de cada bimestre, através de participação dos alfabetizando em atividades de cunho avaliativo aulas interativas ministradas pelos professores. A finalidade é avanços qualitativos ao processo e quantitativos de alfabetização na penitenciária, permitindo reconhecer os avanços e a retomada de decisões no seu decorrer. Mediante reflexões demonstradas, é possível perceber que a penitenciária deve atuar diretamente, trazendo situações reais de uso da leitura e escrita para dentro do seu ambiente acolhedor e alfabetizador.

A avaliação deste projeto de intervenção local, na perspectiva atual de alfabetizar

os apenados urge de nós professores a busca por diversas alternativas para corroborarmos e repensarmos em nossas práticas de alfabetizar no contexto de uma penitenciária, trazendo para o ensino propostas que desenvolva competências, técnicas e habilidades aos sujeitos privados de liberdade.

Assim, em seu reingresso na sociedade, o sujeito alfabetizado terá condições de conviver e opinar nas práticas sociais.

Dentro do sistema prisional todos os professores manterão um registro de avaliação facilitando a continuidade do processo quando ocorrer uma transferência, por exemplo. As avaliações serão realizadas nas seguintes perspectiva:

a) Avaliações diagnósticas: a partir do momento em que as dificuldades são detectadas o trabalho do professor deve ser orientado pelos resultados apresentados. Assim compreendida ela se faz presente no início da prática educativa oferecendo elementos para o planejamento.

b) Avaliações formativas: a avaliação continuada vai indicando as dificuldades e facilidades que estão sendo encontradas pelos alunos e professores e vai acontecendo durante todo o período escolar, pontuando caminhos a serem trilhados. Exige reflexão e interpretação dos acontecimentos na medida em que ocorrem. Ajuda o professor a rever procedimentos.

c) Avaliações somativas: a avaliação leva em conta a soma de um ou mais resultados. Refere-se aos instrumentos que pretendem avaliar o final de um processo de aquisição de um conteúdo. É a soma de todas as avaliações realizadas no fim de cada unidade do planejamento, com o objetivo de obter um quadro geral da evolução do indivíduo.

Referências

AGUIAR, Márcia Angela da S. A formação do profissional da educação no contexto da reforma educacional brasileira. In: FERREIRA, Naura Syria C. (Org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. *Regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil*. Brasília: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 1995.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

———. **Lei de Execuções Penais**. Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984. Brasília: Imprensa Oficial, 1984.

BRASIL. *Regras de Tóquio: comentários às regras mínimas das Nações Unidas sobre as medidas não-privativas de liberdade*. Brasília: Ministério da Justiça, 1998.

BRASIL. Lei nº. 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **Contra o consenso: cultura, educação e participação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003. (Coleção ideias sobre linguagem).

BUENO, Belmira Oliveira, Viver a Profissão Pensar a Formação: Contribuições dos Estudos com Histórias de Vida de Professores. In: PIOTTO, Débora Cristina. (org). Anais da 3ª semana da educação: A Profissão Docente em Debate. Ribeirão Preto/ SP: Legis Summa. 2006. p. 96.

CARVALHO, Rafael Dantas de. A Leiturização como prática de letramento na Educação de jovens e Adultos. Brasília-DF, 2008, p.81.

CIAVATTA, M. Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000. _____. Vigiar e punir. 24. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1983.

_____. **Pedagogia da anatomia**. Saberes necessários á prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de Pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MAEYER, Marc de. Na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida? **Revista de Educação de Jovens e Adultos: Alfabetização e Cidadania**. Brasília: RAAAB/ UNESCO/ Governo Japonês, 2006.

NÓVOA, Antônio. **Vidas de professores**. Porto: Ed. Porto. 1995.

_____. Parecer CNE/CEB 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, seção 1e, 09 jun 2000.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação entre grades. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Promoción y protección de todos los derechos humanos, civiles, políticos, económicos, sociales y culturales, incluido el derecho al desarrollo. El derecho a la educación de las personas privadas de libertad. ONU: Nueva York, 2009.

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. A COMPLEXIDADE DO TRABALHO DOCENTE NA ATUALIDADE. Disponível em:

http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/quarta_tema6/QuartaTema6Arti34go2.pdf, acesso em 10 de setembro de 2015.

RICHARDSON, Roberto J. Pesquisa Social – métodos e técnicas. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. O Ato de ler: fundamentos psicológicos para uma pedagogia da leitura. 10 Ed. São Paulo Cortez, 2005.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. São Paulo: contexto, 2003.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOARES, Magda. Paulo Freire e a alfabetização: muito além de um método.

TAYLOR, Paul. Por uma pedagogia do carinho. In: LINHARES, Célia, TRINDADE, Maria Nazareth. *Compartilhando o mundo com Paulo Freire*. São Paulo: Cortez, 2003.